



"Educação como prática de Liberdade":
cartas da Amazônia para o mundo!

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)
SET-OUT 2021

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

9450 - Resumo Expandido - Trabalho - 40ª Reunião Nacional da ANPEd (2021)

ISSN: 2447-2808

GT11 - Política de Educação Superior

LICENCIATURAS EM QUESTÃO NA EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR NO
BRASIL

Anderson Teixeira Boanafina - FUNDAÇÃO INSTITUTO OSWALDO CRUZ

LICENCIATURAS EM QUESTÃO NA EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

Resumo

O magistério é o alicerce da construção sólida de uma educação cidadã, de transformação da escola em pilar de desenvolvimento econômico, cultural e social, além de caracterizar a via de combate as distorções e iniquidades provocadas pelas baixas taxas escolaridade. Portanto, o exercício da docência deve ser considerado um elemento estruturante das sociedades democráticas, a via para que todos tenham acesso às mesmas oportunidades de materializar o seu projeto de vida, na acepção da individualidade, e da sociedade, como resultado dos anseios do coletivo. Nesse sentido, em que pese os resultados encontrados sobre a expansão do acesso ao ensino, especialmente vivenciado na história recente, a análise sobre a oferta de licenciaturas expõe assimetrias entre as Instituições de Ensino Superior-IES públicas e privadas, apresentando um cenário que tende à precarização na formação de quadros qualificados para o exercício da docência, caracterizando uma ameaça ao processo de escolarização da população e ao avanço cultural, científico e tecnológico do país.

Palavras-chave: Ensino Superior; Licenciatura; Políticas de Educação; Docência.

Introdução

Como princípio basilar, a formação para o magistério deve ser considerada estratégica para o crescimento de uma nação. Pela natureza estruturante da educação, o exercício da docência se caracteriza como um caminho de emancipação do indivíduo e, no contexto mais amplo, de transformação da coletividade. Sua relevância em promover a construção do conhecimento alcança, como reflexo do aumento da escolarização, resultados no desenvolvimento socioeconômico e cultural, na mitigação de vulnerabilidades e nas reduções das desigualdades no país. Portanto, pesquisar, conhecer e debater o processo de formação docente no país se faz necessário, especialmente quando há redução nos investimentos públicos na educação de um lado e, do outro, o aumento das políticas neoliberalizantes.

A pesquisa se vale dos fundamentos do materialismo histórico-dialético como eixo-norteador, utilizando dados de acesso público que constam do Censo da Educação

Superior (2000-2019), disponíveis no sítio do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira-INEP. O objetivo deste trabalho é apontar aspectos e contradições presentes na legislação e, conseqüentemente, na materialização das políticas que subsidiam a formação docente, trazendo para o debate os riscos da expansão desordenada dos cursos e, resultando dessa forma, na possível precarização das licenciaturas no Brasil.

Contexto e Tendências

O ensino superior público e gratuito é considerado uma conquista da sociedade para a educação brasileira, pois confere ao caráter de *instituição pública* o estatuto de um valor social, transformando-a em *locus* apropriado para o debate e para a construção democrática de saberes. A expansão e a consolidação dessa conquista, no contexto educacional do país, têm mobilizado acadêmicos e entidades científicas no sentido de manter, na agenda política, uma pauta permanente em defesa da educação pública, gratuita e de qualidade. Essa defesa se justifica, principalmente, pelos resultados alcançados por essas instituições. Segundo Saviani (2010, p.15), “as universidades públicas são responsáveis por cerca de 90% da ciência produzida no Brasil”. No entanto, o mesmo autor alerta para a contradição criada pela política de expansão do ensino superior que, ao mesmo tempo que amplia as vagas nas instituições públicas, destina recursos públicos para financiar os cursos nas instituições particulares.

se por um lado se retomou certo nível de investimento nas universidades federais promovendo a expansão de vagas, a criação de novas instituições e a abertura de novos *campi* no âmbito do Programa “REUNI”, por outro lado, deu-se continuidade ao estímulo à iniciativa privada que acelerou o processo de expansão de vagas e de instituições recebendo alento adicional com o Programa “Universidade para todos”, o PROUNI, um programa destinado à compra de vagas em instituições superiores privadas, o que veio a calhar diante do problema de vagas ociosas enfrentado por várias dessas instituições (*ibid*, p.14).

Seguindo a mesma linha de pensamento, nos primeiros anos deste século, Otranto (2006) já advertia sobre os riscos da adoção de políticas educacionais pautadas por organismos internacionais. Para a pesquisadora, as políticas deveriam atuar em defesa da universidade de pesquisa, especialmente a pública, e contra o movimento de atrelar a educação ao setor de serviços, resistindo a “pressão para a adoção de regras comerciais no campo educacional” (*ibid*, p. 5). Em outras palavras, estava em questão a capacidade da política brasileira de suplantar as manobras para submeter a educação, um bem público, aos interesses do capital.

Os alertas dados por Saviani e Otranto, nesse texto, indicam que a tão propalada expansão da educação superior pública, principalmente através do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), veio acompanhada de políticas públicas de ampliação também das instituições privadas de ensino, seguindo os ditames do mercado e da lógica dominante da empregabilidade. Os resultados dessa política de expansão aparecem nos Censos de Educação Superior realizados, anualmente, pelo INEP (BRASIL, 2020).

Entre os anos de 2000 e 2019 o quantitativo de Instituições de Ensino Superior-IES passou de 1.180 para 2.608 (Tabela I), sendo apenas 198 Universidades (7,5%). Esse crescimento veio acompanhando, também, pela expansão das matrículas nos cursos de

graduação, passando 2.6 milhões para 8.6 milhões no mesmo período, de acordo com os dados do Censo da Educação Superior (BRASIL, 2020).

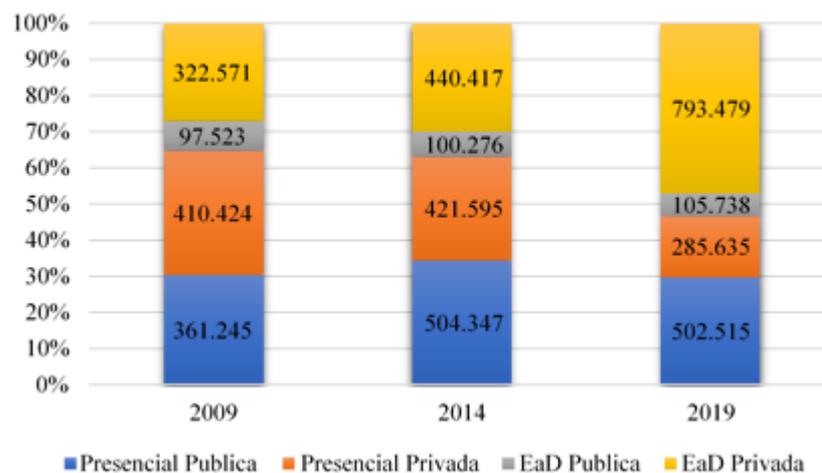
Tabela I - Evolução do Número de Instituições de Ensino Superior por Natureza - Brasil - 2000-2019

IES	2000	2004	2009	2014	2019
Pública	176	224	245	298	302
Privada	1.004	1.789	2.069	2.070	2.306
Total	1.180	2.013	2.314	2.368	2.608

Fonte: Censo da Educação Superior. INEP/Deed. Censos 2000-2019.

predomínio do quantitativo de IES privadas é evidente, respondendo por cerca de 68% do total de matrículas em 2019 e mantendo, ao longo do período analisado, essa relação proporcional quase que constante. Entretanto, as IES públicas registram um aumento de 126 novas unidades e, apesar de estar aquém das demandas da sociedade, esse aumento representou uma ampliação significativa no quantitativo de matrículas nos últimos vinte anos, passando de 887 mil para 2.08 milhões de alunos em cursos superiores no país, perfazendo um total de 1.19 milhões de novas matrículas nessas instituições. (BRASIL, 2020).

Gráfico 1 – Distribuição das Matrículas nas Licenciaturas por Natureza da IES e Modalidade de Educação - Brasil - 2009-2019



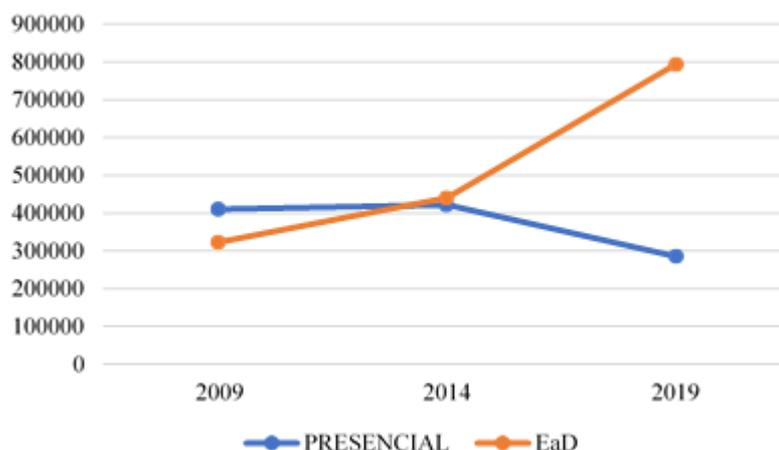
Fonte: Censo da Educação Superior. INEP/Deed. Censos 2009-2019.

Realizando um recorte nas licenciaturas, objeto do presente estudo, observa-se que o desafio de formar docentes nas IES públicas ainda permanece o mesmo. Apesar dos investimentos públicos na ampliação das instituições de ensino superior e de vagas, os dados do Censo do INEP (Gráfico 1) indicam uma tendência de expansão da participação das IES privadas na oferta das licenciaturas, especialmente na modalidade Educação a Distância-EaD.

Ao passo que nas IES públicas a ampliação das matrículas nas licenciaturas ocorre, de forma tímida, com predomínio nos cursos presenciais, nas IES privadas as matrículas na modalidade EaD mais do que dobrou entre os anos de 2009 e 2019. Na distribuição percentual, enquanto as IES públicas respondiam por 39% do total de matrículas em 2009, passando para 36% em 2019, com crescimento nos cursos presenciais; as IES privadas vivenciaram a expansão das licenciaturas na modalidade EaD, com uma significativa redução nos cursos presenciais. Ou seja, as IES privadas estão assumindo o protagonismo na formação docente no Brasil com forte tendência de expansão, via modalidade EaD (Gráfico

2), de acordo com os dados do INEP (BRASIL, 2020).

Gráfico 2 – Tendência das Matrículas nas Licenciaturas por Modalidade de Educação nas IES Privadas- Brasil - 2009-2019



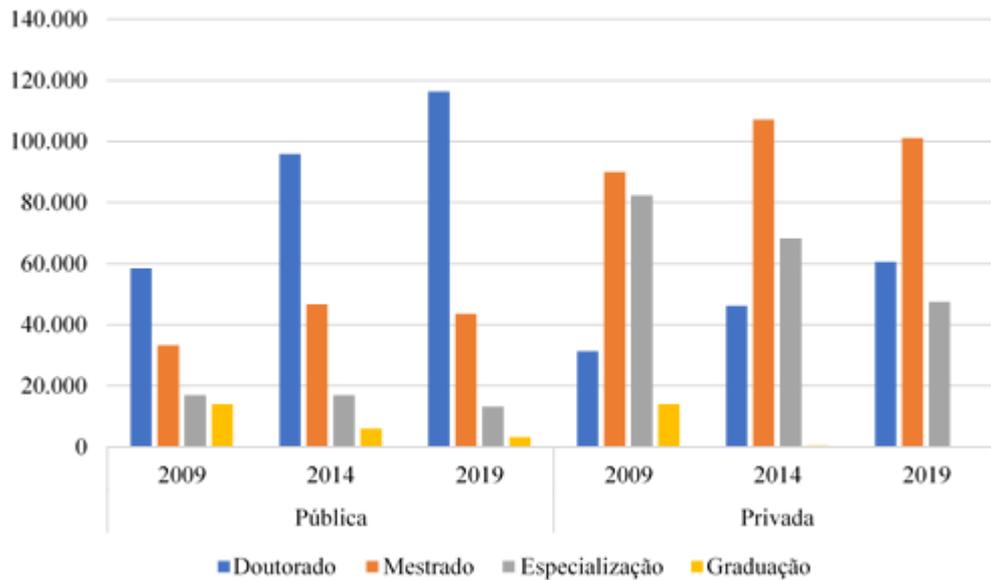
Fonte: Censo da Educação Superior. INEP/Deed. Censos 2009-2019.

Apesar do Decreto nº 9.057 (BRASIL, 2017) disciplinar a oferta dos cursos pela modalidade EaD, também, na educação superior; cabe lembrar que o § 3º do Art. 62 de LDB (BRASIL, 1996) prevê que “a formação inicial de profissionais de magistério dará preferência ao ensino presencial, subsidiariamente fazendo uso de recursos e tecnologias de educação a distância.” Desse modo, entende-se que a modalidade EaD deve ser utilizada de forma acessória, suplementar, ao ensino presencial.

Torna-se relevante mencionar, também, que o atual cenário da oferta do ensino superior no Brasil é reflexo, principalmente, do modelo de ensino superior implementado no país, a partir da Reforma Universitária de 1968. Segundo Florestan Fernandes, esse modelo produziu efeitos inovadores, como a caracterização das universidades como espaço de interação do ensino com a pesquisa e desses com a extensão, mas, também, fortaleceu concepções conservadoras ao permitir a expansão das instituições privadas que se caracterizam, cada vez mais, como “estabelecimentos isolados, voltados para a mera transmissão de conhecimentos de cunho marcadamente profissionalizante e distanciados da atividade de pesquisa” (FERNANDES, 1975 *apud* MARTINS, 2009, p.17).

A formação de excelência em cursos de graduação, sobretudo nas licenciaturas, se caracteriza como uma via de desenvolvimento cultural, científico e tecnológico do país. Os investimentos públicos devem nortear a expansão de um sistema de ensino superior de alto padrão de qualidade centrada em cursos de sólida formação acadêmica (SAVIANI, 2010), algo que somente se torna possível quando a IES possui um corpo docente altamente qualificado.

Gráfico 3 - Número de Docentes em Exercício na Educação Superior, por Categoria Administrativa e por Grau de Formação – Brasil – 2009-2019



Fonte: Censo da Educação Superior. INEP/Deed. Censos 2009-2019.

Evidentemente, a busca pela excelência no ensino ministrado também pode ser observada no nível de qualificação dos professores que compõem os quadros das IES. De acordo com os dados do INEP (BRASIL, 2020), o Censo da Educação Superior de 2019 indicou que dos 176 mil docentes das IES públicas, 67% têm titulação de doutor, à medida que nas IES privadas esse percentual é de 28% para 209 mil (Gráfico 3). A grande diferença a ser observada é o fato de que as instituições públicas de ensino superior no Brasil mantêm a liderança, como destaca Mancebo (2008, p. 63-64), no “oferecimento de uma formação de qualidade e na produção de conhecimentos nas diversas áreas do saber”. Os investimentos públicos, portanto, atuam na expansão de um sistema de ensino superior de alto padrão de qualidade centrada em cursos de sólida formação acadêmica (SAVIANI, 2010).

Finalizando

Conforme demonstrado acima, o financiamento direcionado ao ensino superior no Brasil provocou, nos últimos anos, tanto a expansão das instituições públicas como, também, o aumento da participação de instituições privadas na oferta de cursos da educação superior. Os dados apresentados pelo INEP, associados ao perfil de oferta, podem apresentar, tanto a desejada ampliação do acesso ao ensino superior, quanto a materialização dos ditames dos organismos internacionais, inserindo as licenciaturas no “mercado da educação a distância” (OTRANTO, 2006).

Na perspectiva da dinâmica do capital, o delineamento de um sistema de ensino que segmenta a sociedade em classes faz todo o sentido. Logo, a influência ‘das leis de mercado’ nas reformas das políticas educacionais, incluindo a formação dos docentes, visa sustentar a ordem estabelecida pelo capital. Sem mudanças estruturais na sociedade, a lógica constituída se manterá, adverte Mészáros (2008), em ciclos recorrentes de reformas moldadas para atender aos interesses do sistema dominante. Deste modo, o modelo que vem sendo predominante aponta riscos de precarização na formação docente. Em que pese haver menos disciplinas que utilizam laboratórios, a pesquisa em andamento indica que, enquanto as IES públicas ofertam licenciaturas e associam estas às pesquisas e à produção de conhecimentos; com poucas Universidades, a formação docente nas IES privadas está sendo direcionada pela ênfase à redução de custos, buscando popularizar os cursos via EaD,

tendo professores com menor qualificação acadêmica e baixa integração com a pesquisa.

Para finalizar, cabe ressaltar que o atual contexto da educação tende a ser agravado. A pandemia causada pelo Sars-Cov-2 (COVID-19) aprofundará, ainda mais, a desigualdade entre os brasileiros em relação a escolarização. O alerta vai no sentido de que, provavelmente, nos próximos anos os sistemas de ensino serão demandados com uma onda crescente de jovens e crianças que, por motivos diversos, estão sendo afetados pela pandemia. Nesse sentido, os debates sobre uma sólida formação docente na perspectiva da educação integral e o investimento em espaços e projetos pedagógicos apropriados, se fazem necessários e urgentes no âmbito das políticas públicas.

Referências

BRASIL. Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, nº 248, Seção 1, p. 27.833, 23 dez. 1996.

BRASIL. Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017. Regulamenta o Art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Presidência da República. Casa Civil, 2017. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, nº 100, Seção 1, p. 3, 26 mai. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Microdados do Censo da Educação Superior 2000-2019**. Brasília, DF, 2020. Disponível em <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/microdados>. Acesso em: 05 mai. 2021.

MANCEBO, Deise. Reforma da Educação Superior: o debate sobre a igualdade no acesso. *In*: Bittar, Mariluce, Oliveira, João Ferreira de, Morosini, Marília (Org.). **Educação Superior no Brasil - 10 Anos Pós-LDB** Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008, v. 2. p. 55-70.

MARTINS, Carlos Benedito. A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. **Educação & Sociedade**, 2009, v. 30, n 106, p.15-35.

MÉSZÁROS, István. **A Educação para Além do Capital**. 2. ed. Boitempo Editorial. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

OTRANTO, Celia. A reforma da Educação superior do governo Lula: da inspiração à implantação. *In*: **Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação - ANPED** 29., 2006, Caxambu, MG. Anais[...] p. 19, 2006. Rio de Janeiro: Anped, 2006. p. 1-19.

SAVIANI, Dermeval. **A expansão do ensino superior no Brasil: mudanças e continuidades**. Poíesis Pedagógica, v. 8, n. 2, p. 4-17, 2010.